

## Ações de formação continuada para os professores da Educação Infantil na rede municipal de Tocantinópolis no período de 2016-2021

 Zilma Ferreira de Oliveira<sup>1</sup>,  Juliane Gomes de Sousa<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Secretaria Municipal de Educação de Tocantinópolis. Rua da Estrela, 303, Centro, Tocantinópolis -TO, Brasil. <sup>2</sup> Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT.

Autor para correspondência/Author for correspondence: [zilma\\_uft@hotmail.com](mailto:zilma_uft@hotmail.com)

**RESUMO.** O artigo objetiva analisar as ações de formação continuada desenvolvidas com os professores da Educação Infantil atuantes na rede municipal de Tocantinópolis, no período de 2016 a 2021, à luz dos seguintes documentos: Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Documento Curricular do Tocantins (DCT) e o Plano Municipal de Educação (PME). Adotou-se como tipo de pesquisa a documental, com abordagem qualitativa. Os materiais de produção de dados consistiram em slides, relatórios e frequências produzidas durante as ações de formação continuada na realidade educacional investigada, sendo realizado, também, um levantamento bibliográfico para fundamentação do tema, e uma análise em documentos legais que norteiam a organização da Educação Infantil em suas diversas dimensões. Diante das análises, compreende-se que as formações buscam habilitar os professores para o desenvolvimento das metas direcionadas pelos documentos, é uma preparação para a operacionalização do que é disposto por eles. Foi observada uma lacuna quanto ao posicionamento crítico dos participantes no que se refere a forma de estruturação, conteúdo das ações formativas e aos encaminhamentos direcionados institucionalmente. Conclui-se que a formação continuada para a Educação Infantil é um grande desafio, principalmente a partir do alinhamento à documentos como a BNCC, que situa debates contemporâneos no campo educacional e têm sido alvo de amplas discussões na área.

**Palavras-chave:** formação continuada, educação infantil, legislação educacional.

---

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 8	e15595	10.20873/uft.rbec.e15595	2023	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	--------------------------	------	-----------------



## Continuing training actions for teachers of Early Childhood Education in the municipal network of Tocantinópolis in the period 2016-2021

**ABSTRACT.** The article aims to analyze the continuing education actions developed with Early Childhood Education teachers working in the municipal network of Tocantinópolis, from 2016 to 2021, in the light of the following documents: Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Tocantins Curriculum Document (DCT) and the Municipal Education Plan (PME). Documentary research was adopted as a type of research, with a qualitative approach. The data production materials consisted of slides, reports and frequencies produced during the continuing education actions in the educational reality investigated, and a bibliographical survey was also carried out to support the theme, and an analysis of legal documents that guide the organization of Education Childhood in its various dimensions. In view of the analyses, it is understood that the training seeks to enable teachers to develop the goals set forth in the documents, it is a preparation for the operationalization of what is provided by them. A gap was observed regarding the critical positioning of the participants regarding the form of structuring, content of training actions and institutionally directed referrals. It is concluded that continuing education for Early Childhood Education is a great challenge, mainly from the alignment with documents such as the BNCC, which situates contemporary debates in the educational field and has been the subject of extensive discussions in the area.

**Keywords:** continuing education, early childhood education, educational legislation.

## Acciones de formación continua para docentes de Educación Infantil de la red municipal de Tocantinópolis en el período 2016-2021

**RESUMEN.** El artículo tiene como objetivo analizar las acciones de formación permanente desarrolladas con docentes de Educación Infantil que actúan en la red municipal de Tocantinópolis, de 2016 a 2021, a la luz de los siguientes documentos: Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Documento Curricular de Tocantins (DCT) y Plan Municipal de Educación (PME). Se adoptó la investigación documental como un tipo de investigación, con un enfoque cualitativo. Los materiales de producción de datos consistieron en diapositivas, informes y frecuencias producidos durante las acciones de educación permanente en la realidad educativa investigada, y también se realizó un levantamiento bibliográfico para sustentar el tema, y un análisis de documentos legales que orientan la organización de Educación Infantil en sus diversas dimensiones. Delante de los análisis, se entiende que la formación busca capacitar a los docentes para el desarrollo de los objetivos planteados en los documentos, es una preparación para la operacionalización de lo que ellos brindan. Se observó una brecha en cuanto al posicionamiento crítico de los participantes en cuanto a la forma de estructurando, contenido de las acciones de formación y referencias dirigidas institucionalmente. Se concluye que la formación continuada para la Educación Infantil es un gran desafío, principalmente a partir de la alineación con documentos como el BNCC, que sitúa los debates contemporáneos en el campo educativo y ha sido objeto de amplias discusiones en el área.

**Palabras clave:** educación continua, educación infantil, legislación educativa.

## Introdução

O presente<sup>i</sup> artigo centraliza a formação continuada para os professores da Educação Infantil, e diante do problema: Quais as ações de formação continuada foram direcionadas para os professores atuantes na Educação Infantil na rede municipal de Tocantinópolis, no período de 2016 a 2021? Projetou-se o seguinte objetivo geral: analisar as ações de formação continuada desenvolvidas com os professores da Educação Infantil, atuantes na rede municipal de Tocantinópolis, no período de 2016 a 2021, à luz dos seguintes documentos: Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Documento Curricular do Tocantins (DCT) e o Plano Municipal de Educação (PME).

É sabido que a formação do professor envolve muito mais do que a oferta de conhecimento teórico, ela deve criar condições para que esse profissional possa construir conhecimentos sobre os aspectos práticos e metodológicos, compreender as perspectivas educacionais e entender o porquê e como integrar os saberes produzidos em sua prática pedagógica.

Segundo Tardif (2002, p. 23),

Até agora, a formação para o magistério esteve dominada, sobretudo pelos conhecimentos disciplinares, conhecimentos esses produzidos geralmente numa redoma de vidro, sem nenhuma conexão com a ação profissional, devendo em seguida, serem aplicados na prática por meio de estágios ou de outras atividades do gênero. Essa visão disciplinar e aplicacionista da formação profissional não tem assim sentido hoje em dia, não somente no campo do ensino, mas também nos outros setores profissionais.

A partir dessa compreensão acredita-se na relevância desta temática de estudo, considerando que a universidade passa, continuamente, por mudanças e a pesquisa, como princípio científico e educativo, pode compor o centro do desafio educacional em busca de possibilidades.

A formação continuada é um processo que deve compor todo o percurso profissional dos trabalhadores da educação, como forma de reflexão de sua prática, alinhada à sua realidade; estratégia para fortalecimento do ensino; busca pela qualificação do trabalho docente e respostas para inquietações e dúvidas. Nesse sentido, propor formação continuada para os profissionais do magistério de modo contextualizado e voltada para as necessidades educacionais contemporâneas, configura-se como um dos componentes que pode possibilitar igualdade de oportunidades e condições de aprendizagem a todas as crianças.

Para o presente processo de investigação é importante frisar que o recorte temporal, com ênfase nos últimos cinco anos (2016-2021), é justificável pelo fato de que foram encontrados registros e materiais apenas desse período referencial, e, ainda, considerando o período de vigência dos documentos basilares para as análises realizadas: Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Documento Curricular do Tocantins (DCT) e o Plano Municipal de Educação (PME), escolhidos devido sua importância na realidade educacional contemporânea e pela abrangência das três esferas administrativas: federal, estadual e municipal.

O texto está estruturado a partir das seguintes seções: uma breve introdução, com a caracterização geral e a descrição dos procedimentos metodológicos da pesquisa; na segunda seção é feita uma discussão sobre a formação continuada para Educação Infantil; na terceira, o foco do debate centraliza a Educação Infantil nos documentos oficiais: BNCC; DCT e PME; na quarta são tecidas reflexões acerca das ações de formação continuada para a Educação Infantil na rede municipal de Tocantinópolis no período de 2016-2021; e por fim são apresentadas as considerações finais.

### **Procedimentos metodológicos**

A pesquisa configura-se como documental e de abordagem qualitativa, compreendendo esse tipo de pesquisa conforme a caracterização de Fonseca (2002, p. 32): “A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.”

Desse modo, os materiais de produção de dados foram: slides, relatórios e frequências produzidas durante as ações de formação continuada, desenvolvidas na realidade educacional investigada, os quais foram analisados com o intuito de identificar evidências das formações realizadas na etapa da Educação Infantil na rede municipal de educação de Tocantinópolis/TO, no período demarcado.

Foi realizado, também, um levantamento bibliográfico para fundamentação do tema e um levantamento em sites oficiais, buscando documentos legais que norteiam a organização da Educação Infantil em suas diversas dimensões: Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Documento Curricular do Tocantins (DCT) e Plano Municipal de Educação (PME). Cabe

ressaltar que os depoimentos das professoras, denominadas de Professora: “A”, “B”, “C” e “D”, foram retirados dos relatórios das formações, fonte primária dos dados.

### **Formação continuada para Educação Infantil: aproximações conceituais**

A formação é perspectivada como uma possibilidade de melhorias para a educação, e vem sendo discutida em diversos momentos como aspecto de valorização dos profissionais docentes, por meio do desenvolvimento e aprimoramento dos seus conhecimentos. Como frisam Prada, Freitas e Freitas (2010, p.4) “A formação, como um caminho de diversas possibilidades, permite às pessoas que o transitam desenvolver-se, construir as relações que as levam a compreender continuamente seus próprios conhecimentos e os dos outros ...”. Vale ressaltar que a formação de professores não é um processo simples e fácil, ela é complexa e exige intencionalidade de mudanças no ambiente educacional.

A formação é um grande desafio que articula múltiplas relações e diferentes dimensões: ideológicas, políticas, sociais, epistemológicas, filosóficas (Prada, Freitas e Freitas, 2010) e deve ser pautada no mundo contemporâneo com foco em atualizações que possam contribuir para o exercício profissional. É o reconfigurar, de modo contínuo, das formas de refletir, compreender e fazer no campo educacional.

É explícito que a todo momento nossa sociedade cresce, muda, atualiza e com todos esses processos caminha a educação, portanto, é necessária considerá-la em movimento que requer renovação constante. Nessa conjuntura, o professor deve situar-se neste processo de mudança, que exige continuamente a construção de novos conhecimento e atualizações para entender e intervir nas reais necessidades educativas. Como salientam Pinto, Barreiro e Silveira (2010, p. 3),

No caso da profissão docente, considerando as inúmeras mudanças nos sistemas sociais, cultural, político e econômico, essa imposição apresenta-se tanto como condição para acompanhar a evolução do conhecimento, como para redirecionar as ações docentes em busca do atendimento das novas demandas educacionais, as quais não vêm sendo alcançadas através do paradigma tradicional de ensino.

Com isso, conforme Chimentão (2009, p. 3):

A formação continuada passa a ser um dos pré-requisitos básicos para a transformação do professor, pois é através do estudo, da pesquisa, da reflexão, do constante contato com novas concepções, proporcionado pelos programas de formação continuada, que é possível a mudança.

As mudanças na educação perpassam por diversos momentos, e para que possam ser acompanhadas, a formação deve articular dimensões das esferas individual e coletiva, e um caminho possível é partir de estudos que qualifiquem a prática pedagógica docente por meio de pesquisa e reflexões sistematizadas. E quando essa articulação constitui ponto de diálogo dentro das formações continuadas, percebe-se o estabelecimento intencional de metas e objetivos com vistas à qualificação docente, que podem provocar mudanças no fazer pedagógico.

Conceitualmente Prada, Freitas e Freitas (2010, p. 9, grifo das autoras), descrevem que “Nos últimos anos, tem-se instaurado a formação dos professores que já exercem a docência com a denominação *formação continuada*, seguindo pressupostos da educação permanente, amplamente divulgados pela Unesco como política mundial para a educação de adultos”.

A partir dessa concepção, compreende-se que esse tipo de formação deve ser repensado sobre seus princípios e metodologias continuamente, haja vista que, é necessário ir para além do que é proposto de modo padronizado, atentando-se para cada conjuntura educativa. Nesse sentido, é relevante rever constantemente estratégias pedagógicas, direcionando-as para que deem conta das problemáticas educacionais, cuja finalidade seja o desenvolvimento de profissionais que repensem o seu papel dentro da sala de aula, e que contribuam ativamente para o aprendizado do aluno de modo que transcenda o tradicionalismo amplamente difundido.

Nessa perspectiva, são ações de Formação Continuada: congressos, seminários, simpósios, colóquios, encontros, jornadas, ciclos de falas, palestras, grupos de pesquisa, grupos de estudos, grupos de formação, projetos de pesquisa-ação, oficinas, cursos de extensão e/ou aperfeiçoamento sobre um conteúdo específico e/ou questões pedagógicas efetuados no lócus da escola, nas IES e em outros espaços (Pinto, Barreiro & Silveira, 2010, p. 8).

Diante dessa multiplicidade de ações, entendidas como constituintes da formação continuada, destaca-se a importância da formação que pontue reflexões sobre os problemas educacionais, considerando que a formação não é apenas a inicial, mas também da prática, da diversidade de pessoas e da cultura. As inúmeras mudanças contextuais apresentam novas demandas educacionais, as quais requerem processos formativos contínuos que auxiliem os professores atuantes quanto a sua ação e modos de pensar o trabalho docente, e a formação

continuada pode contribuir com essa tarefa, como destacam os autores Prada, Freitas e Freitas (2010, p. 8):

A formação continuada de professores, nesse sentido, passa a ser encarada como uma ferramenta que auxilia os educadores no processo de ensino-aprendizagem de seus alunos, na busca de novos conhecimentos teórico-metodológicos para o desenvolvimento profissional e a transformação de suas práticas pedagógicas.

É importante esse tipo de formação para os professores que, concebida como processo, deve considerar diversos aspectos como o professor, a sala de aula, a comunidade e a escola no geral e ser planejada em conformidade com as especificidades de cada instituição. Contudo, são perceptíveis algumas lacunas nos modos de operacionalização das ações teórico-metodológicas, das formações denominadas continuadas, que influenciam diretamente na qualidade de oferta.

Conforme Prada, Freitas e Freitas (2010, p.13) “Os professores enunciam que as ações desenvolvidas como formação continuada estão muito aquém do esperado pela maioria deles e reclamam reformulações na maneira como estas são elaboradas e desenvolvidas”. Essa constatação pode configurar um dos motivos de muitos professores não demonstrarem interesse em participar das formações, existindo, por vezes, outros agravantes tais como: carência de incentivos formais; inadequação do que é proposto às realidades institucionais; falta de atenção às necessidades subjetivas dos professores; e déficit nas condições materiais das escolas.

Complementa Chimentão (2009, p. 4), sobre as formações:

Tais [carências] nos programas de formação continuada, muitas vezes, têm levado ao desinteresse e reações de indiferença por parte dos professores, por perceberem que certas atividades que prometem ser de formação, quase sempre, em nada contribuem para seu desenvolvimento profissional.

Importante destacar que esse desinteresse em relação à formação continuada, por parte do professor, refere-se de modo mais acentuado pela falta de articulação das ações com a realidade dos profissionais e de suas práticas pedagógicas; por falta de problemáticas que justifiquem as vivências nas instituições; e por muitas vezes as formações continuadas acontecerem à distância, em horários de muitas demandas para o professor.

Agregam-se a esses fatores: a falta de tempo; a baixa aplicabilidade dos conteúdos, sem falar nas ações de curto prazo; e a falta de atividades práticas, como fomento das atividades



em sala de aula, e que possam oportunizar a concretização de novas metodologias na prática docente. É imprescindível fazer da escola um *lócus* de aprendizagem para seu corpo profissional, para tanto, os processos que encaminham a formação continuada precisam ser repensados constantemente e articulados com os seus principais agentes: os docentes.

Pinto, Barreiro e Silveira (2010, p. 3) destacam que “a Formação Continuada dos professores em exercício tem sido citada como um possível suporte para auxiliar esses profissionais na ressignificação do seu fazer”. Entende-se, desse modo, que a formação continuada pode contemplar diversos aspectos: as especificidades do trabalho na escola e do professor; pode ser feita dentro das instituições escolares, como estratégia para repensar o fazer educativo; e construir um elo de formação mútua entre escola, família e docentes.

Dentre a variedade de práticas e significados sobre formação, as autoras Pinto, Barreiro e Silveira (2010, p. 5) tecem a seguinte conceituação:

A autoformação é aquela em que o indivíduo participa de forma independente e tem o controle dos objetivos, processo, instrumentos e resultados do processo formativo. A heteroformação se organiza e se desenvolve por intermédio de especialistas, partindo de fora do sujeito. E a interformação é uma ação educativa que ocorre entre os futuros professores ou entre professores em fase de atualização, com a característica de troca, apoio pedagógico, podendo dizer-se que formam uma equipe de trabalho.

É salutar acreditar na possibilidade de uma educação abrangente, que contemple as diversas dimensões, individuais e sociais de modo articulado, na perspectiva de melhorias no campo educacional, haja vista que, falar em educação exige necessariamente o debate sobre os profissionais e sua formação. E em concordância com as autoras, é possível ressaltar que a formação é ampla, adentra vários aspectos, e articula o eu, o outro e o nós.

Com isso é perceptível que a coletividade, sem a competitividade e individualidade excludentes entre a classe profissional, pode contribuir na busca conjunta de objetivos comuns e compartilhados que fortaleçam as ações educativas, as quais, por sua vez, podem contribuir no desenvolvimento docente e como consequência intencional influenciar na aprendizagem do aluno.

No âmbito da legislação, a formação continuada recebe respaldo oficial conforme segue:

A continuidade da formação dos professores é valorizada pela população em geral, pelos profissionais da educação, e reconhecida como uma necessidade para a melhoria da qualificação do trabalho docente pelo Governo Federal, contemplando-a no texto da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, embora de maneira dispersa e fragmentada nos artigos 13, 40, 44, 61, 63, 67, 70 e 87, nos quais dispõe o seguinte: determina como incumbência dos professores a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao seu desenvolvimento profissional. Visando ao atendimento das demandas de atuação, recomenda que a formação de profissionais da educação tenha como fundamentos a associação entre teorias e práticas, inclusive na capacitação em serviço (Pinto, Barreiro & Silveira, 2010, p. 8).

A lei demonstra uma preocupação com o fator formativo contínuo para a educação, mas na operacionalização dos dispositivos legais são perceptíveis algumas lacunas, dentre as quais se faz importante considerar: as dificuldades dos profissionais da educação em relação ao tempo de trabalho, e a carência na valorização em diferentes aspectos.

É a partir dessas questões que precisamos dialogar demarcando, por exemplo, os principais objetivos dessas formações e os meios de construir modos de avaliação e autoavaliação dos processos, com participação ativa, sendo importante perceber os desafios e transformações do dia a dia da sala de aula e a realidade das escolas. É necessário oferecer condições materiais adequadas para o desenvolvimento de formações continuadas significativas.

Outro aspecto que pode ser uma possibilidade neste campo, refere-se à realização de levantamentos junto aos profissionais sobre as formações continuadas, identificando interesses e necessidades a serem pautados nos processos formativos, para que assim seja construída uma formação aderente às demandas e que motive a participação. Como discorre Chimentão (2009, p. 4):

... a formação continuada precisa: primeiro, partir das necessidades reais do cotidiano escolar do professor; depois, valorizar o saber docente, ou seja, o saber curricular e/ou disciplinar, mais o saber da experiência; por fim, valorizar e resgatar o saber docente construído na prática pedagógica (teoria + prática).

A real necessidade deve partir desses momentos, para contribuir na reflexão e no fazer pedagógico do professor, pontuando metodologias que contemplem os seus interesses. Cabe situar, ainda, a relação indissociável entre a teoria e a prática no debate sobre a formação continuada.

No recorte específico da formação para a Educação Infantil e em consonância com o objetivo da presente produção científica, é importante, inicialmente, tratar de aspectos conceituais considerando alguns documentos da legislação brasileira. Dessa forma, de acordo com o Documento Curricular do Tocantins – Educação Infantil (2019, p. 17),

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, constitui-se a partir de dois tipos de atendimentos historicamente diferenciados: as creches e as pré-escolas. A creche representa uma conquista do movimento feminista, que se vincula à luta da mulher e mãe trabalhadeira. Por outro lado, a pré-escola apresenta-se, na história da Educação, como antecipação da escolarização ou preparação para a escola obrigatória.

Foi a partir de diversas lutas e movimentos pautados nos direitos da criança, que a relação entre o cuidar e o educar começa a assumir o caráter educativo. E por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96, a Educação Infantil é compreendida em seu papel formal e como uma dimensão grandiosa na educação do Brasil, passando a partir da referida lei a ser considerada primeira etapa da educação básica.

Nos artigos 29 e 30 da LDB é enfatizado que:

Educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade (Brasil, 1996, p. 24).

Portanto, significa que foi com a atual LDB que a Educação Infantil foi elevada como processo inicial da educação básica brasileira, constituindo ponto de partida para um processo de escolarização que pode contemplar o desenvolvimento integral da criança.

No aspecto de formação continuada para essa etapa, Kramer (2006, p. 804) aponta que:

A formação de profissionais da educação infantil – professores e gestores – é um desafio que exige a ação conjunta das instâncias municipais, estaduais e federal. Esse desafio tem muitas facetas, necessidades e possibilidades, e atuação, tanto na formação continuada (em serviço ou em exercício, como se tem denominado a formação daqueles que já atuam como professores) quanto na formação inicial no ensino médio ou superior.

A Educação Infantil tem suas especificidades e aborda diversos desafios ao longo dos anos, marcada por mudanças e lutas em diferentes contextos, e é nesta conjuntura que surge a necessidade de formação continuada, perspectivando o desenvolvimento formativo dos profissionais da área. Desse modo, complementa Silva (2017, p. 6): “A formação continuada de professores da educação infantil, deve acompanhar as transformações pelas quais passou este nível de ensino que está diretamente relacionada aos objetivos gerais da educação infantil citados no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)”.

No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), consta que a criança deve ser estimulada a:

Desenvolver uma imagem positiva de si; descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo; estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças; estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais; observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade em relação ao ambiente que a cerca; brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades; utilizar as diferentes linguagens ajustadas as diferentes intenções e situações; e, conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse (Brasil, 1998, p. 63).

Desse modo, essas formações devem partir do cotidiano, ou seja, da rotina da instituição, na busca pela troca de conhecimentos e reflexões pautadas na prática e na teoria. Como destaca Silva (2017, p. 4), “A profissão docente dos professores de educação infantil exige no seu processo de formação continuada, o empenho num processo de desenvolvimento contínuo, ...”. Assim, destaca-se o fato de que o professor nunca para de aprender, ele é um constante aprendiz e também agente da mudança, e por isso deve sempre buscar produzir conhecimentos e inovações mediante as práticas pedagógicas, constituindo-se provedor de múltiplas aprendizagens.

É importante salientar que não é apenas a formação do professor que vai edificar todo o meio escolar, mas ela é aspecto essencial na organização coletiva do ambiente educacional. Silva (2017, p. 8) frisa ainda que:

... a formação não se conclui, ela é permanente e os professores vão construindo e mobilizando seus saberes no metier docente, pois o núcleo central da formação é o exercício do magistério e neste exercício os professores são sujeitos sociais responsáveis pela mediação da cultura e dos saberes escolares, que em consequência se deve organizar a formação continuada.

Ao professor devem ser oportunizados processos de qualificação, pois, são muitas as exigências mediando o mundo em transformação, como a tecnologia e uma escola produzida por diversas relações a partir de um meio social em mudança. O professor pode produzir conhecimento mediante sua própria prática em articulação com seus alunos, caminhando e modificando-se, e assim, pode desempenhar um papel central no processo de formação que é parte significativa para a produção e atualização da aprendizagem dos alunos.

## **A Educação Infantil nos documentos oficiais: BNCC; DCT e PME**

Serão abordadas nesta seção discussões pautadas nos documentos oficiais: Base Nacional Comum Curricular (BNCC); O Documento Curricular do Tocantins (DCT) para a Educação Infantil e o Plano Municipal de Educação (PME) de Tocantinópolis, considerando as metas e orientações no contexto da formação continuada para Educação Infantil.

A partir da análise nos documentos citados é visível a importância da Educação Infantil na formação, desenvolvimento e aprendizagem dos indivíduos, sendo uma responsabilidade do Estado e da família e a base inicial para o processo educacional formalizado da criança. E nesta conjuntura, não se pode deixar de destacar a importância da formação dos profissionais que atuam na referida etapa da educação básica.

De acordo com o § 1º do Art. 62 da LDB: “§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério” (Brasil, 1996, p. 44). Portanto, é direito do profissional da educação participar de formação continuada presencial e/ou à distância, de modo que atenda as especificidades do exercício do trabalho pedagógico, fazendo uso de uma diversidade de recursos e tecnologias.

### **Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular**

A Educação Infantil é assegurada na legislação brasileira por leis e diretrizes, e vem consolidando, com o passar dos anos, seu espaço na educação nacional com a demarcação do seu papel na sociedade, antes visto como assistencialista, hoje a partir do entrelaçamento entre o cuidar e educar e como um direito da criança. A esse respeito a BNCC destaca que,

... embora reconhecida como direito de todas as crianças e dever do Estado, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a Emenda Constitucional nº 59/200926, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil (Brasil, 2018, p. 38).

A Base Nacional Comum Curricular (2018), em relação aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, destaca cinco campos de experiências com objetivos para aprendizagem conforme a divisão de três grupos por idades: bebês (0-18 meses), crianças bem pequenas (19 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).

Os cinco campos de experiências são eles: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

São abordadas questões relativas à aprendizagem da criança, com destaque para o fato de que as instituições de Educação Infantil devem traçar objetivos que considerem a ludicidade e as experiências infantis; desenvolver atividades que respeitem o espaço da criança; trabalhar a partir de conhecimentos culturais aprendidos por meio do seu convívio em família e em outros espaços.

A BNCC (2018) vem influenciando a formação inicial e continuada dos professores, na produção de materiais didáticos, matrizes de avaliações e até mesmo nos exames nacionais, considerando que é um documento elaborado para ser referência na formulação dos currículos escolares dos Estados, Distrito e também dos municípios, a partir da integração de uma política nacional da Educação Básica com o alinhamento de ações e políticas, inclusive para a formação dos professores, sistema de avaliação e elaboração de conteúdos educacionais.

Vale ressaltar que é responsabilidade direta da união a revisão da formação inicial e continuada dos professores, conforme a BNCC, sendo considerada uma ação importante e fundamental para o desenvolvimento educacional, ou seja, o sucesso dos alunos. Nessa conjuntura, sabemos que a Educação Infantil tem forte influência no processo formativo da criança e, portanto, a forma de organização e desenvolvimento da prática pedagógica deve ser pontuada como lugar de destaque nos processos de formação docente.

### **Documento Curricular do Tocantins (DCT)**

A Educação Infantil, como já mencionado, deve ser desenvolvida em articulação com a família e compreendida como processo pedagógico em suas especificidades, articulando o ensino com a brincadeira e apresentando o mundo pela atividade mais usufruída e privilegiada que cada criança vivencia.

O Documento Curricular do Tocantins faz a seguinte descrição:

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é reconhecida como independente em relação aos anos subsequentes e tem por objetivo proporcionar vivências e experiências significativas na vida das crianças. Sua finalidade é o desenvolvimento integral da criança, alicerçado em práticas que a conceba como protagonista dos seus processos de desenvolvimento e aprendizagem (Tocantins, 2019, p. 15).

É considerada uma etapa importante na vida da criança, diante da perspectiva do seu desenvolvimento integral que articula diversos aspectos como o físico, intelectual, emocional e social mediante as suas experiências e vivências. E a escola deve promover e possibilitar essa formação abrangente, contemplando um espaço amplo de aprendizagem assegurado pelos seus direitos.

Desse modo, o DCT (2019, p. 32) menciona que:

... o trabalho docente só será possível, se as condições mínimas para o pleno exercício de sua função forem garantidas. E se for criteriosamente respeitado o tempo destinado à hora atividade. Visto que, sem espaços, tempos e materiais adequados, o processo pedagógico fica prejudicado e ineficiente.

É necessário trabalhar na avaliação dessas condições, pois, ainda são perceptíveis objetivos traçados com fins assistencialistas que não contemplam a formação integral da criança. Dessa forma, é importante discutirmos como vem sendo a oferta da Educação Infantil, considerando o contexto social e educacional, com a intenção de impulsionar avanços a partir da compreensão sobre infância na abrangência das múltiplas práticas pedagógicas. E como frisa o Documento Curricular do Tocantins (2019), avaliar o contexto de oferta da Educação Infantil adentra a formação continuada dos profissionais e no repensar da prática docente.

A esse respeito, o documento destaca que:

Garantida como direito da categoria, não pode ser vista ou executada atendendo a preferências pessoais, ou a indicações de setores, ela deve ocorrer de forma periódica e para atender às demandas da profissão. Tem por objetivo preparar os profissionais, visando à melhoria no atendimento às crianças e suas famílias, bem como promover a valorização dos profissionais da educação. A formação deve ocorrer de forma continuada e em serviço, partindo de uma política pública de reconhecimento e investimento no capital humano. Deve ter caráter de atualização e reflexão da prática profissional. Podem-se planejar inúmeras ações formativas, desde seminários às trocas de experiências entre profissionais de diferentes escolas e segmentos. Cabe aos gestores assegurarem o direito de formação continuada, planejando e executando projetos formativos (Tocantins, 2019, p. 33).

Para o desenvolvimento abrangente da educação, é necessária a garantia de muitos aspectos, dentre os quais, a formação para os profissionais docentes oportunizada por meio de ações de formação inicial e continuada, desenvolvidas de modo intencional e fundamentadas em objetivos explícitos. É decisivo o papel do professor na educação, assim, ao formá-lo está em processo de produção uma profissão específica.

Conforme o DCT (2019) os profissionais da Educação Infantil têm diversas tarefas em relação ao desenvolvimento integral das crianças, mas ressalta que é importante a efetivação das políticas públicas para ingresso, permanência e condições de trabalho, contemplando a valorização salarial, qualificação e formação de professores e dos demais profissionais. Frisa, ainda, que esse investimento na formação dos profissionais da Educação Infantil, proporciona uma garantia de direito da criança por uma educação de qualidade, por meio de professores qualificados, críticos e reflexivos diante de suas práticas pedagógicas.

## **Plano Municipal de Educação**

Situando a discussão inicialmente na esfera federal por meio da BNCC, depois da estadual com o DCT, abordaremos nesta subseção a dimensão municipal, a partir do Plano Municipal de Educação de Tocantinópolis, considerando a articulação entre esses documentos norteadores.

Desse modo, compreende-se que as políticas educacionais quando materializadas, podem provocar mudanças na realidade da educação, principalmente na Educação Infantil que historicamente perpassa por escassez de recursos, de infraestrutura e de ausência de qualificação dos profissionais da área.

O PME de Tocantinópolis (2015, p. 7) destaca que:

... os princípios norteadores do PME em suas metas e estratégias têm como objetivo garantir a gestão democrática do ensino público, assegurando a participação dos diferentes segmentos da sociedade. Portanto, todas as Estratégias do PME estão ligadas as Metas, onde a equipe de Monitoramento e Avaliação realiza a análise de todos os dados, e apresenta os... resultados.

De fato, as escolas, principalmente as que atendem as crianças pequenas, necessitam pontuar seu desenvolvimento de modo crítico, para que possam realizar melhorias mediante princípios éticos, políticos e estéticos, direcionando continuamente um projeto pedagógico que corresponda ao que deve ser realizado e alinhado aos direitos das crianças. Nesse sentido, é importante a reflexão sobre metas e estratégias em documentos institucionais que intencionem melhorias na educação.

Uma importante meta que compõe o PME de Tocantinópolis (2015) refere-se a 1, retomada a todo instante, que trata da universalização da Educação Infantil na pré-escola para as crianças de faixa etária entre 4 a 5 anos de idade, até 2016, e a ampliação da oferta para que



possa atender no mínimo 50% das crianças de creche com idade de 3 anos até o final da vigência (2025) do PME.

É muito importante assegurar essa primeira meta para o desenvolvimento e potencialização da Educação Infantil no município, uma vez que trata do acesso e permanência da criança pequena no contexto educacional formal, que é um direito assegurado na legislação brasileira.

O PME do município de Tocantinópolis (2015, p. 9) apresenta dados relevantes sobre a Educação Infantil:

Indicador 1A – Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola/creche. O percentual das crianças de 4 e 5 anos que frequentavam a escola no município atingiu 67,55% em 2014, 67,11% em 2015 e 63,54% em 2016, porém foi observado uma queda no número de crianças que frequentavam a escola, no entanto isso se deve à falta de conscientização das famílias quanto a obrigatoriedade da educação infantil e o fortalecimento das redes de proteção, para que esta Meta seja contemplada em sua totalidade.

O percentual demonstra uma queda em números no ano de 2016 no que se refere às crianças entre 4 e 5 anos, correspondente a etapa da pré-escola, sendo justificada, de acordo com o documento, pela falta de conscientização e negligência da família por se tratar de uma fase educacional obrigatória.

Já em relação a creche, o documento PME - Tocantinópolis (2015, p. 9) descreve:

O percentual da população de 0 a 3 anos de idade que frequentava a Creche em 2014 no município atingiu 15,29%, visto que ainda não havia ampliado as creches conforme padrão do MEC, em 2015 atingiu 25,87% e em 2016 25,81%.

O percentual em relação a creche aumentou em 2015, mas em 2016 teve uma pequena diminuição. É notório que a Educação Infantil é um direito da criança, mas na prática há casos em que sua garantia é negado, e isso tem impacto nesses dados, como exemplo, é possível citar o fato de que no município investigado, a demanda por matrícula em instituições de Educação Infantil, no segmento creche, é maior do que a quantidade de vagas ofertadas.

No tocante a formação, é destaque no PME - Tocantinópolis (2015, p. 35) a meta 16:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. Indicador 16 A – Percentual de professores da educação básica com pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*.

Diante das análises do documento e de acordo com o Censo da Educação Básica, no ano de 2014 tiveram 128 professores atuantes no município, nos anos de 2015 e 2016 o registro foi de 147 professores, deste quantitativo apenas 72 eram especialistas.

O presente documento aborda, também, na meta 17 sobre a formação dos profissionais da educação:

Meta 17: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação (de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os profissionais da educação básica possuam formação específica de nível superior. Nessa perspectiva o município de Tocantinópolis tem buscado incentivar que o professor da Rede tenha formação superior e permanente. O município, porém, em 2016 contava com 147 professores efetivos, sendo que 127 com formação na área de atuação (graduados), 02 cursando graduação, 9 com graduação em outra área, 72 com especialização e 9 com normal médio (Magistério) (PME - Tocantinópolis, 2015, p. 38).

A meta é direcionada aos profissionais da educação com a intenção de valorização no quesito formação, e como consequência contribuir com os processos de ensino e aprendizagem. Dessa forma, o município busca consolidar o plano de educação alinhado ao Plano Nacional de Educação (PNE), articulando formação inicial e continuada, como fator importante na composição do projeto formativo em uma dimensão ampla.

### **Ações de formação continuada para a Educação Infantil na rede municipal de Tocantinópolis (2016- 2021)**

Nesta seção são analisadas as ações de formação continuada para os profissionais da Educação Infantil, realizadas na rede municipal de Tocantinópolis no período de 2016 até 2021, tendo como plano analítico os documentos: BNCC; DCT E PME.

Desse modo, na investigação que contemplou os descritores: formação de professores para Educação Infantil; e os documentos legais citados, foram identificadas duas ações no município, intituladas como: “Base Nacional Comum Curricular - BNCC Mudanças, adaptações e novos desafios”; e “A Formação para a Implementação do Documento Curricular do Tocantins – Etapa Educação Infantil”.

A primeira ação denominada de “Base Nacional Comum Curricular - BNCC Mudanças, adaptações e novos desafios”, aconteceu nos dias 29 e 30 de abril de 2019, das 08h às 12h e das 14h às 18h, no Auditório da Diretoria Regional de Ensino de Tocantinópolis, e

contemplou como público professores, coordenadores pedagógicos, gestores e supervisores da Educação Infantil do Município de Tocantinópolis/TO. Participaram da formação aproximadamente 63 profissionais de educação, atuantes nas creches e pré-escolas da rede municipal de educação.

A seguir o cronograma de formação continuada para a BNCC, com a carga horária de cada atividade.

Figura 1- Cronograma de formação continuada para a BNCC.

CRONOGRAMA PREVISTO:	
ETAPAS/ATIVIDADES	Quantidade de HORAS
Noções introdutórias da BNCC e seus principais pressupostos;	02 horas
A Educação Infantil no contexto da BNCC	02 horas
Planejar práticas pedagógicas fundamentadas na construção de Contextos de Aprendizagem.	02 horas
Sequência Didática na Educação Infantil	02 horas
Planejando e operacionalizando o trabalho docente para creche e pré-escola com foco nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento e nos campos de experiências.	04 horas
Oficina prática para nortear o trabalho pedagógico.	04 horas
<b>TOTAL</b>	<b>16horas</b>

Fonte: Relatório da Secretaria Municipal de Educação (2019).

A formação teve como objetivo geral: oportunizar reflexão e conhecimento acerca dos principais pontos que evidenciam a necessidade de alinhar a proposta pedagógica da Educação Infantil, com vista à centralidade na criança e no reposicionamento do professor. Bem como, proporcionar ao docente a troca de experiência por meio de discussões, debates e oficinas para melhor compreensão da Base Comum Curricular. Com isso, provocar o docente pela busca constante de conhecimento que possa subsidiar o seu trabalho no cotidiano escolar, tendo em vista que, as necessidades de cada realidade são específicas, e cabe ao professor e aos demais profissionais das instituições a reflexão sobre as suas práticas.

Na formação os professores tiveram a oportunidade de produzir conhecimentos, debater e socializar sobre: O que é educação infantil? Aspectos Históricos: Lutas e Conquistas; As principais alterações no contexto da Educação Infantil com a BNCC; Documento Curricular do Tocantins (Educação Infantil); Estrutura do documento Curricular da Educação Infantil; Direitos de Aprendizagem e desenvolvimento; Campos de experiência; Objetivos de Aprendizagem e desenvolvimento; Projetos na Educação Infantil conforme a BNCC e o Currículo; Projetos a partir do interesse da criança; Tempo, espaço e materiais; Apropriação

da leitura e escrita; Organização das propostas cotidianas e ocasionais; Lançamento do diário Web; Oficinas: propostas práticas.

A partir dessa formação, seguem alguns relatos<sup>ii</sup> de participantes retirados do relatório da ação. A **Professora (A)** afirma que:

A formação continuada para professores e profissionais da educação infantil foi muito importante para que todos pudéssemos conhecer as principais mudanças trazidas pelo novo documento, [e] para que [os professores] sejam capazes de utiliza-las adequadamente em seu cotidiano nas escolas, melhorando sua prática docente. Despertando nos profissionais um novo olhar sobre a educação com utilização de práticas inovadoras na educação, em que a criança é a protagonista, agentes de seu próprio desenvolvimento. Ao participar da formação pude conhecer também as principais mudanças trazidas pelo documento: Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Documento Curricular do Tocantins (Educação Infantil); em que a mesma contribuiu para que eu estivesse conhecendo as principais mudanças trazidas pelo documento e as utilizasse adequadamente em nosso cotidiano.

A partir da análise dos relatos foi possível perceber que essa ação formativa não contemplou, em sua totalidade, o que descrevem os documentos investigados, os quais enfatizam a importância da revisão das estratégias pedagógicas dos profissionais, a reflexão que conduza ao delineamento de possibilidades frente às problemáticas educacionais, e o repensar sobre o papel docente dentro da sala de aula, na busca de novas fontes e propostas de ensino que ultrapassem o tradicionalismo.

No relato, a professora demonstra uma preocupação com o novo e reforça repetidamente que a formação trouxe conhecimento em relação às mudanças, mas não externaliza se a ação proporcionou reflexões sobre o chão da escola, a realidade, a relação entre o real e o ideal, visto que a BNCC (2018) sintetiza que as formações continuadas devem proporcionar ao professor preparação para o seu trabalho, como exemplo, a produção de metodologias e de materiais didáticos, matrizes de avaliações e outros. A **Professora (B)** relata que:

O estudo da BNCC trouxe uma vasta experiência no âmbito do planejamento para a Educação Infantil. Os resultados de tais formações sobre o Documento proporcionaram um novo olhar para o planejamento, tendo um norte nas atividades nas aulas e aperfeiçoamento na prática pedagógica. Em sumo, a BNCC expõe a importância dos direitos de aprendizagem no qual observa -se que a criança pode sim aprender brincando. Com a inclusão do documento facilitou bastante a prática e o ensino pedagógicos em sala e na vida das crianças.

Visto que as formações são primordiais para um bom desempenho da atividade do professor em sala de aula, as quais podem contribuir para o alinhamento da teoria com a

prática, nota-se que os professores da rede municipal de ensino de Tocantinópolis estavam inseguros quanto ao documento da BNCC, por ser algo novo e que precisava de mais estudos e formações.

Com base nas análises realizadas, é possível identificar pontos positivos e negativos na formação com foco na BNCC, conforme seguem sintetizados. Pontos positivos: entendimento de como se daria a nova organização do currículo; conhecimento da parte teórica do documento, que sustenta a prática do professor; compreensão das mudanças na prática pedagógica; compreensão do protagonismo da criança e o papel do professor nesse processo. Pontos negativos: muitas informações em curto espaço de tempo; rotatividade de professores; descontinuidade da formação.

A “Formação para a Implementação do Documento Curricular do Tocantins – Etapa Educação Infantil”, segunda ação formativa identificada no período estudado, ocorreu de agosto a dezembro de 2019 com a participação de 70 professores; 10 gestores; 08 coordenadores e 02 técnicas pedagógicas da Secretaria Municipal da Educação e Cultura, e teve como objetivo geral: propiciar aos profissionais da Educação Infantil o conhecimento necessário para a implementação do Documento Curricular do Tocantins – DCT, nos processos de ensino e aprendizagem.

As atividades de formação foram organizadas de modo a envolver o maior número de profissionais da educação. Para tanto, foi estruturado um cronograma para cada módulo com datas previstas para os estudos, cuja intenção consistiu no atendimento de todas as Unidades Escolares e seus respectivos grupos de professores.

Inicialmente foi organizado cada módulo com carga horária para estudos individuais, contemplando síntese de textos e socialização de todo o material disponibilizado por blocos, em conformidade com as datas determinadas pelo cronograma da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação do Estado do Tocantins - UNDIME.

Diante da formação continuada sobre o DCT, seguem os relatos de duas professoras:

Do ponto de vista como professora, digo que foi bastante proveitoso participar dessa formação continuada de Implementação do Documento Curricular do Tocantins (Educação Infantil) da Rede Municipal de Tocantinópolis -To. Porque ela deu o pontapé inicial para contribuir com o trabalho pedagógico mais transparente para nossas crianças com seus direitos legais bem assistidos pelos educadores, pais e comunidade geral. Nós educadores tivemos a oportunidade de um estudo compartilhado colocando nossas dúvidas, experiências, trocas de informações e práticas mais definidas; planejando o futuro e estabelecendo caminhos bem apropriados para a ação pedagógica, com Campos de experiências, objetivos, avaliações e práticas definidas se completando lado a lado. O ponto negativo que recorde foi

o pouco tempo para exploração de tão rico documento que veio para orientar e ampliar a educação do nosso povo. **Professora (C)**.

Minha participação na formação continuada do Documento Curricular do Tocantins – DCT da educação infantil foi de grande relevância para a melhoria do meu trabalho educativo frente à educação infantil onde atuo desde o ano de 2015. Foi muito bom participar da formação continuada, pois é sabido que o professor sozinho com sua graduação não é capaz de trilhar sozinho no caminho do conhecimento. A formação do Documento Curricular do Tocantins foi um norte para o professor na questão do planejamento, com implantação da BNCC estávamos todos leigos sem saber qual caminho a seguir e estudo do DCT possibilitou alinharmos a teoria com a prática e aprendemos a fazer realmente um planejamento de acordo com os modelos sugerido no Documento Curricular do Tocantins. **Professora (D)**.

Com base nos relatos das professoras é possível verificar que a formação sobre o DCT, abordou de modo mais amplo os objetivos de uma formação continuada, possibilitando a reflexão coletiva sobre a prática pedagógica, as demandas da profissão e contribuiu com a preparação dos profissionais da educação. A formação demonstrou possuir caráter de atualização formativa, com trocas de experiências conectadas com as realidades das escolas, como define o próprio DCT (2019).

O Documento Curricular do Tocantins foi adotado por todos os municípios do Estado do Tocantins, principalmente por aqueles que não possui sistema próprio de ensino e que estão sob a legislação do Sistema Estadual de Educação- SEE/TO. Na oportunidade, foram realizados estudos com os diretores, coordenadores e professores da Educação Infantil no ambiente escolar, para que fossem discutidos os temas em articulação com o contexto institucional de cada escola.

Dada a ação formativa realizada, é possível elencar como pontos positivos: ampliação dos conhecimentos sobre temas norteadores do trabalho docente; contribuição com o planejamento do professor; qualificação profissional; capacitação para as mudanças a partir da Implementação do novo Documento Curricular do Tocantins; conhecimento da parte teórica do documento que sustenta a prática do professor. E como pontos negativos, verifica-se a recorrência de aspectos em ambas as ações de formação: rotatividade de professores; descontinuidade das formações.

## **Considerações finais**

Diante do objetivo de analisar as ações de formação continuada desenvolvidas com os professores da Educação Infantil atuantes na rede municipal de Tocantinópolis, no período de

2016 a 2021, à luz dos seguintes documentos: Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Documento Curricular do Tocantins (DCT) e o Plano Municipal de Educação (PME), foi constatado que a formação continuada para essa etapa ainda é um grande desafio.

Em conformidade com os documentos e análises realizadas, situando a formação continuada para os profissionais da Educação Infantil, podemos considerar que tiveram aproximações e distanciamentos entre os encaminhamentos via legislação educacional e o concretizado nas ações formativas. Aproximações no sentido de direcionar professores a refletir sobre o seu fazer pedagógico, e distanciamento, como por exemplo, no que se refere a falta de recursos e infraestrutura para garantia de qualidade dessas formações.

Foi possível identificar que as formações focalizaram ações que buscavam habilitar os professores para o desenvolvimento das metas direcionadas pelos documentos, constituindo uma preparação para a operacionalização do que é disposto por eles, sendo observada uma lacuna quanto ao posicionamento crítico dos participantes.

Partindo da problemática de quais as ações de formação continuada foram direcionadas para os professores atuantes na Educação Infantil, na rede municipal de Tocantinópolis, no período de 2016 a 2021, foram visualizadas contribuições para os profissionais participantes, como o fato de oportunizar reflexões e produção de conhecimento acerca dos principais pontos necessários para o alinhamento das propostas pedagógicas da Educação Infantil, com vista à centralidade na criança e no aperfeiçoamento do professor.

O tema é relevante para pensarmos sobre o foco das formações continuadas, diante dos desafios contemporâneos, e suas influências no desenvolvimento educacional, permitindo reflexões sobre a prática pedagógica a partir de diversas dimensões inerentes ao trabalho docente.

## Referências

*Base Nacional Comum Curricular*. (2018). Brasília. Recuperado de: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

Chimentão, L. K. (2009). O significado da formação continuada docente. In *Anais da 4 CONPEF- Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar* (pp. 1- 6). Paraná.

*Documento curricular Tocantins Educação Infantil* (2019). Tocantins. Recuperado de: <https://central3.to.gov.br/arquivo/478046/>

Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC.

Kramer, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. (2006). *Rev. Educ. Soc.*, 27(96), 797-818.

Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. (1996, 23 de dezembro). *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC.

Prada, L. E. A., Freitas, T. C., & Freitas, C. A. (2010). Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. *Rev. Diálogo Educ.*, 10(30), 367-387. <https://doi.org/10.7213/rde.v10i30.2464>

Pinto, C. L. L., Barreiro, C. B., & Silveira, D. N. (2010). Formação Continuada de Professores: ampliando a compreensão acerca deste conceito. *Revista Thema*, 7(1), 1-14.

*Referencial curricular nacional para a educação infantil (Rcnei)*. (1998). Ministério da educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília – MEC/SEF.

*Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação de Tocantinópolis, Lei Municipal Nº 963, de 19 de junho de 2015*. (19 de junho de 2015). Tocantinópolis – To.

Silva, M. J. A. (2017). Formação continuada de professores da educação infantil: diferentes paradigmas e a pedagogia crítica. In *Anais do XIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE* (pp. 3875 – 3888), Curitiba.

Tardif, M. (2002). *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes.

---

<sup>i</sup> O artigo é parte de uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso da Pós-graduação em Educação Infantil, apresentado no ano de 2022.

<sup>ii</sup> A escrita dos relatos segue o texto original, copiados integralmente dos relatórios.

#### Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 25/01/2023  
Aprovado em: 22/03/2023  
Publicado em: 30/05/2023

Received on January 25th, 2023  
Accepted on March 22th, 2023  
Published on May, 30th, 2023

**Contribuições no Artigo:** Os(as) autores(as) foram as responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

**Author Contributions:** The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.



**Conflitos de Interesse:** Uma das autoras é editora assistente da Revista Brasileira de Educação do Campo, porém, não teve qualquer participação no processo de avaliação do manuscrito. As autoras declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

#### **Avaliação do artigo**

Artigo avaliado por pares.

#### **Article Peer Review**

Double review.

#### **Agência de Fomento**

Não tem.

#### **Funding**

No funding.

#### **Como citar este artigo / How to cite this article**

##### **APA**

Oliveira, Z. F., & Sousa, J. G. (2023). Ações de formação continuada para os professores da Educação Infantil na rede municipal de Tocantinópolis no período de 2016-2021. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 8, e15595. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e15595>

##### **ABNT**

OLIVEIRA, Z. F.; SOUSA, J. G. Ações de formação continuada para os professores da Educação Infantil na rede municipal de Tocantinópolis no período de 2016-2021. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 8, e15595, 2023. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e15595>